



Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1992.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma da Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Rossoni e Severino Félix (31). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, César Silvestri, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Geraldo Cartário, José Arthur Ritti, Ernani Pudell, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Toti Colaço. (21). - Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig e José Tavares (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A mesa defere e procederá à verificação de votação da Ata.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) Atendido o pedido do Sr. Deputado Erondy Silvé-

rio.

Em votação a Ata. - Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, cordialmente, comunico que estarei ausente às sessões da Assembleia Legislativa no período compreendido entre os dias 25 de outubro e seis de novembro de 1992, em função de viagem ao Japão.

Justifico, ainda, que tal viagem constitui missão do interesse do município de Curitiba, e que a integrarei como vice-prefeito da Capital.

Limitado ao exposto, renovo-lhe expressões de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ALGACI TULIO

Ofício (s/n)

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência dispensa aos trabalhos parlamentares deste dia 22 de outubro, tendo em vista compromissos assumidos junto à comunidade de Cianorte.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

Requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 289/92, que altera o nome do município de Vila Branca para Doutor Ulysses.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 284/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 82/92, que autoriza a transferência do saldo de recursos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE - PR, na data base de 07/07/92, em participação acionária do Governo do Estado do Paraná na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1572

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja adiada por dez sessões a discussão do Projeto de Lei n° 012/92, de autoria do Deputado subscritor, que dispõe sobre a comercialização e utilização do adesivo químico de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (05) cinco sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 289/91 (item 05), de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que regulamenta a atividade de Rodeio no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei n° 172/92.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia da Sessão Ordinária, do Projeto de Lei n° 246/92 de autoria do Tribunal de Justiça, de conformidade com o

artigo 132. parágrafo 2°, inciso IV. por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Paulo Maia, Ovídio Constantino, Erondy Silvério e Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO N° 1575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Ana de Lurdes Gulin, ocorrido nesta Capital dia 19.10.92.

Sala das Sessões em 22.10.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 19 de outubro, faleceu nesta Capital, a Senhora Ana de Lurdes Gulin. Deixou viúvo Alfredo Gulin e 8 filhos.

O falecimento da Sra. Ana de Lurdes veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Ana de Lurdes.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gulin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Acyr Leonides Baglioli, ocorrido nesta Capital, dia 19.10.92.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 68 anos faleceu, nesta Capital, no último dia 19 de outubro o Senhor Acyr Leonides Baglioli. Deixando viúva a Senhora Elfi e 3 filhos.

O passamento do Senhor Acyr Leonides veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de ami-

gões entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Acyr Leonides.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Baglioli, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1582

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, do Senhor Maurício de Souza Moura.

Advogado atuante, principalmente em questões afetas às causas sociais, Maurício de Souza Moura, era uma figura muito cara à comunidade curitibana. Homem inteligente e competente, ocupou diversos cargos na administração pública, como Superintendente do INAMPS e Diretor Geral da Câmara Municipal de Curitiba.

O infausto falecimento de Maurício de Souza Moura abre uma grande lacuna em nossa sociedade, difícil de ser preenchida à altura do respeito e da dignidade do homenageado.

Registrar nos Anais do Poder Legislativo o falecimento de Maurício Souza Moura é prestar-lhe merecida homenagem pela intransigente defesa que sempre fez do nosso Poder e das instituições democráticas.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, Itamar Franco, ao Excelentíssimo Ministro do Planejamento Paulo Haddad, e ao Excelentíssimo Ministro da Economia Gustavo Krause, sugerindo-lhes que, mantido o intento da implantação do ITF (Imposto sobre Transações Financeiras), seja adotada a alíquota de 0,1% (zero vírgula um por cento), não incidente sobre Cadernetas de Poupança e pagamento de salários, bem como conservada a atual sistemática de partilha entre União, Estados e Municípios.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A mini-reforma fiscal anunciada pelo Governo Federal, ao que parece, tem por objetivo imediato, cobrir "déficit" de caixa para o exercício de 1993, enquanto se aguarda a revisão constitucional.

A população brasileira, principalmente a classe média, vem penando, nos últimos anos, para não dizer na última década como cobaia dos "Planos Econômicos", sempre fracassados, e contendo expedientes "mágicos" inseridos com a finalidade de desvirtuar e desvalorizar a poupança.

Assim, através de mudanças de índices, implantação dos "Planos" sem o aval do Poder Legislativo, e, quase sempre na calada da noite, os assalariados e a classe média perderam o poder aquisitivo e viram deteriorados os valores guardados em Cadernetas de Poupança.

Agora fala-se em aplicar "provisoriamente", aquilo que foi concebido para ser o "Imposto Único", como mais um tributo.

Não se pode atribuir a culpa do que está acontecendo a um ou mais governantes, pois, as medidas que resultaram no desastre econômico, bem ou mal, foram referendadas e aceitas, ainda que "a posteriori", pelo Congresso Nacional.

É sabido que os valores devolvidos após o confisco, sofreram brutais reduções, inclusive com aplicação de impostos leoninos e inconstitucionais, como famigerado IOF, cobrado, inclusive, sobre o capital aplicado, chegando a 20% (vinte por cento) nas Cadernetas de Poupança, o que equivale aos juros de 40 (quarenta) meses ou quase três anos e meio de rendimentos reais.

Se o ITF vem em substituição ao Imposto Único, conservando-se todos os demais, é justo que a sua alíquota, também em caráter experimental, seja aplicada no percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento).

Além de pesar menos, no bolso do contribuinte, gerando menor sonegação, o seu controle será facilitado, pois, a cada CR\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), o contribuinte saberá fazer o cálculo imediato do tributo que será de CR\$ 1,00 (um cruzeiro).

Por outro lado, a não incidência no pagamento dos salários, evitará que mais um desconto, ao lado do previdenciário, sindical e de renda seja procedido no ato do recebimento pelo trabalho executado, cujo o saque é feito geralmente, através de agências bancárias, principalmente aos servidores públicos.

No tocante às Cadernetas de Poupança, que oferece rendimentos de apenas 0,5% (zero vírgula cinco por cento) além da inflação, não é justo que passe a oferecer

apenas 40% (quarenta por cento) desse rendimento, se houver saque a cada mês, para pagamento de compromissos.

Desde que o novo tributo deverá ser aprovado às claras, ao contrário do que ocorreu no passado, parte do comércio e da indústria, acostumados com a sistemática viciada, vigente até o afastamento dos primeiros corruptos, ainda se fará o repasse para a população.

Outros meios existem para se equilibrar as finanças da união e, conseqüentemente dos Estados e dos Municípios.

Desde a implantação dos inconseqüentes "Planos Econômicos" impostos por Funaro, Bresser, Maílson e Zélia, a sonegação e o inadimplimento, por incredulidade no Governo, se fazem sentir. Basta que o atual Governo mostre a sua seriedade de propósitos, e esclareça o destino das contribuições, para que volte a arrecadar, pois, temos plena certeza, que não lhe faltará apoio da população brasileira, se assim proceder.

A manutenção da atual sistemática de partilha dos tributos, objetiva fazer com que os Estados e Municípios possam cumprir as suas obrigações constitucionais.

De nada adiantará formar-se o caixa da União em prejuízo dos Estados e Municípios, pois a descentralização, através do municipalismo forte, é um dos princípios que estamos defendendo ardorosamente nesta Casa.

Vamos colaborar para que se discipline a distribuição das encargos, e se corrija, através de convênios as eventuais disparidades, para que se fortaleça a educação, se acabe com o espantinho da fome e se possa oferecer um sistema de saúde para atendimento mínimo a todos os brasileiros.

Essas são algumas das metas que poderão ser alcançadas sem que o excesso de tributação torne ainda mais pobre a já empobrecida população de um País que vem sofrendo pela falta de planejamento, pela inexistência de uma política econômica acertada e, principalmente, pela falta de governo.

REQUERIMENTO N° 1583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banestado, solicitando a instalação de uma agência bancária daquele estabelecimento, no recém - criado município de Laranjal, cuja instalação ocorrerá já no próximo dia 1° de janeiro de 1993.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) CEZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, justifica-se pelo fa-

to de que no município não existe nenhuma agência bancária, sendo que a mais próxima dista 35 quilômetros, dos quais 28 sem pavimentação.

Some-se ainda, que em se tratando de município novo, onde serão instalados órgãos da administração pública, aumenta ainda mais a necessidade de atendimento bancário.

REQUERIMENTO N° 1584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar, com a finalidade de liberar recursos financeiros para construção de um posto de saúde no município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, com a finalidade de liberar recursos financeiros para construção de um posto de saúde no município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, com a finalidade de liberar recursos financeiros para a construção de um posto de Saúde para o município de Irati.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, com a finalidade de liberar recursos financeiros para implantação de 02 casas familiares rurais, para o município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, com a finalidade de liberar recursos financeiros para a implantação de 02 casas familiares rurais, no município de Irati.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) TOTI COLAÇO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 297/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado EDUCANDÁRIO SÃO FRANCISCO, a atual escola correcional professor Queiroz Filho, órgão subordinado à Faspas, na Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, situada no município de Piraquara.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO.

Apoio: Luiz Carlos Martins, Erondy Silvério, Alceu Swarowski, Orlando Pessuti e João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

O crescimento indiscriminado da violência urbana inclusive em nosso Estado, conforme o noticiário diário dos órgãos de imprensa, constituem preocupação dos poderes constituídos do Paraná.

O Poder Executivo do Estado, preocupado com o quadro entende necessária urgente atuação no setor.

Através de audiência que mantivemos com o chefe do Poder Executivo, tomamos ciência dos projetos de reforma política do setor, objetivando a recuperação do indivíduo, para seu retorno ao meio social.

A Escola Correccional Professor Queiroz Filho, encontra-se estigmatizada socialmente, e os egressos dessa instituição, encontram muitas vezes barreiras intransponíveis, para seu reingresso na comunidade onde vivem, mesmo que já tenham resgatado sua dívida para com a sociedade.

Tentando contribuir para que tal fato não ocorra, é que apresentamos o presente projeto de lei, esperando receber o apoio dos nossos nobres Pares desta Casa de leis.

PROJETO DE LEI N° 298/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os estabelecimentos que comercializam gás liquefeito de petróleo - GLP - na ocasião da venda, verificarão o

peso do botijão e ou cilindro entregue ao consumidor e do recolhido em substituição.

Parágrafo Único - A aferição do peso será efetuada à vista do consumidor, devendo os estabelecimentos mencionados no "caput", bem como os veículos distribuidores a domicílio portar balança para o cumprimento desta disposição.

Art. 2° - Constatada a existência de diferença a menor entre o conteúdo e a quantidade expressa no botijão e/ou cilindro, o consumidor, fará jus ao abatimento correspondente, no preço do produto, no ato do pagamento.

Parágrafo Único - Caso se constate, na pesagem do botijão e/ou cilindro que está sendo substituído, sobra de gás, cujo consumo total do conteúdo não se efetivou por fato alheio ao consumidor, será o mesmo ressarcido da importância correspondente, através de compensação no preço do botijão e/ou cilindro adquirido em substituição.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que estamos apresentando, para consideração, exame e aprovação desta Casa visa, prescipientemente, defender o consumidor de gás liquefeito de petróleo.

O consumo do produto, como sabemos, é generalizado em nosso Estado, como de resto no País inteiro, não só nas cidades como no campo. As residências, indiscriminadamente, usam-no em substituição à lenha, de modo que o fogão a gás tomou total espaço de uso nas cozinhas levando-se em conta vários fatores que, aqui, não cabem ser examinados.

O largo consumo do GLP no âmbito residencial demonstra regular peso nos gastos familiares. Citamos, acima, apenas e tão somente, como exemplo, o uso em fogões, porém, o produto é bastante utilizado em vários outros usos domésticos.

Os estabelecimentos comerciais - restaurantes - usam-no, como as indústrias, também. Nesses casos o consumidor é quem paga, eis que o custo está incluído no produto final. Portanto, é um tipo de energia, altamente usado e imprescindível, daí porque o consumidor deve ser preservado de quaisquer lesões no que diz respeito ao exato conteúdo dos botijões, tanto ao que está adquirindo quanto ao que está substituindo.

As denúncias são de grande monta, especialmente, no que se refere aos botijões substituídos, os quais permitem ao consumidor usar a totalidade do conteúdo, exclusivamente, por fato que deve ser imputado aos engarrafadores e revendedores.

O fato é de tamanha gravidade que o Ministério Público do Estado do Paraná ajuizou Ação Civil Pública em defesa dos consumidores, cuja liminar já foi concedida pelo MM. Juiz ao qual o feito foi distribuído. O Magistrado, entendendo o mérito e a profundidade do pedido, ao final de seu despacho liminar, fixa uma multa diária às distribuidoras nominadas na inicial, de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Para que se tenha uma dimensão do dano mensal causado aos consumidores, relativamente aos cilindros P-45, somente na cidade de Curitiba, calcula-se que existem cerca de 3.800 condomínios de apartamentos, dos quais 2.800 usam sistemas interligado de cilindros P-45 (dados oferecidos pelo SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locações de Imóveis do Paraná). Teríamos assim, perdas em mais de 50.000 cilindros, com representação valorativa em mais de uma centena de milhões de cruzeiros.

Por aí se conclue quão grandes são os prejuízos dos milhares de consumidores residentes nos tantos condomínios de apartamentos da nossa Curitiba e demais cidades do nosso Estado, nas quais se difundem este tipo de habitação e uso de GLP.

Esclarecemos que: Botijão é invólucro de 13 Kg de GLP;

cilindro é o que contém 45 Kg e 90 Kg.

Tramita na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, idêntico projeto de lei com parecer favorável de todas as Comissões Técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos ao Horário do Pequeno Expediente. Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PRN, PST, PMDB, PSDB, PTB, PDT, PL, PI, e PFL. Todos declinam.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 057/92-GP, subscrito pelo Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, comunicando sua ausência nas sessões plenárias entre os dias 25 de outubro a 06 de novembro, em função de viagem ao Japão. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante ao expediente, solicitando dispensa da Sessão Plenária do dia 22 do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos no município de Cianorte. **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **A Direto-**

ria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiado, constante do expediente. **A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 072/92, dispõe que os policiais civis inativos nos cargos de Inspectores e Guardas de Trânsito terão, respectivamente, proventos equivalentes a classe inicial da carreira de Detetive e à classe inicial da carreira de Segurança, do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Emenda supressiva de Plenário. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a comercialização e utilização do adesivo químico de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.S. anexado o Projeto de Lei nº 015/92 de autoria do senhor Deputado Plauto Miró Guimarães Filho.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 012/91. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 012/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado para material de expediente na Administração Pública, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.M.A. e C.A.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 172/92. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 172/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 344/92, que cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Paulo Maia, Ovídio Constantino, Orlando Pessuti e Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 246/92. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 246/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que regulamenta a atividade de RODEIO no Estado do Paraná. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F., C.A.I.C. e C.S.P. (Publ. no D.A. nº 101 de 21.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 289/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei sob análise busca regulamentar a atividade de "rodeio" no Estado do Paraná. Estabelece condições mínimas necessárias à realização da atividade, relativas, principalmente, à necessidade de autorização da Associação Paranaense dos Profissionais de Rodeio - APPR e medidas protetivas de peões e dos animais.

No mérito, a matéria é louvável e oportuna, pois a atividade profissional de "peão" de rodeio posta-se realmente como de grande risco - merecendo a atenção das autoridades governamentais - bem como, deve ser fiscalizado o tratamento dispensado aos animais no transcurso do evento. Seria recomendável, aliás, um aprofundamento da matéria relativamente às condições protetivas dos peões e estabelecendo obrigações às autoridades administrativas locais que efetivamente lucram com os "rodeios" que, como diz o próprio autor do projeto de lei, atraem "milhares" de pessoas.

Na forma como foi apresentado, porém, o referido projeto de lei contém incorreções ligadas à compulsoriedade da afiliação à APPR, como condição "sine qua non" ao exercício profissional, quando o Artigo 5º, XX, da Constituição Federal assegura que "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado", e que é princípio constitucional a ser interpretado harmonicamente com o contido no mesmo Artigo 5º, XX, pelo qual "... é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Da mesma forma, a entidade não detém "munus público", a exemplo de um C.R.M. ou C.R.E.C.I. para que o livre exercício profissional esteja condicionado à sua afiliação, de modo que não se ofenda, também, a competência expressa no Artigo 22, XVI, acerca da legislação sobre "... condições

para o exercício de profissões", conforme consta da Constituição Federal.

Causou-nos espécie, ainda, o fato do referido projeto de lei, ter sido encaminhado à Casa em 20 de agosto de 1991, em época que, sequer, a referida entidade tinha existência legal, pois, segundo a certidão do Cartório competente, somente em 6 de março de 1992, foi afetado o registro de seu estatuto.

Assim, em que pese a relevância e oportunidade da matéria no seu conteúdo de mérito, sob o aspecto formal encontram-se óbices constitucionais à sua apreciação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 289/91

P A R E C E R:

O Projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, visa regulamentar a atividade de rodeio no Estado do Paraná, determinando condições mínimas à esta prática, bem como sobre a atuação da Associação Paranaense dos Profissionais de Rodeio, sendo ainda determinadas normas de proteção animal.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional da referida matéria opinou contrariamente à mesma.

Desta forma, analisando sob a égide do regimento interno desta Casa de Leis, face à competência da Comissão de Finanças, opinamos pela apreciação da matéria pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 289/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade regulamentar a atividade de RODEIO no Estado do Paraná.

Motivo de apreciação por esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, entendemos que nada existe que impeça a normal tramitação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
ALBINO CORAZZA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 289/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Neivo Beraldin, visa o presente plano de lei regulamentar a atividade de RODEIO no Estado do Paraná.

Analisada a matéria por esta Comissão, entende esse relator, nada haver que possa obstar a tramitação regimental da mesma por esta Casa de Leis.

Assim sendo, opinamos de modo FAVORÁVEL a aprovação do Projeto de Lei nº 289/91 na forma em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente
EDSON SILVA LINO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 289/91. - **Aprovado**. Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 289/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 253/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que denomina de Erasmio Pilotto o Instituto de Educação do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.C.E. (Aprovado). (Public. no D.A. nº 130, de 15.09.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 253/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 253/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, denomina de Erasmio Pilotto o Instituto de Educação do Paraná.

Sobre os aspectos da estrita competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices à normal tramitação e aprovação do presente projeto de lei nesta Assembléia Legislativa.

Salvo melhor juízo é o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;
PAULO MAIA - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 253/92

P A R E C E R:

Ora sendo examinado por esta Comissão, o Projeto de Lei nº 253/92, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, visa denominar o Instituto de Educação do Paraná, sediado nesta Capital de Instituto de Educação Professor Erasmio Pilotto.

Do ponto de vista legal, regimental ou constitucional, nada foi encontrado que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei.

Por tais fatos, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, emite o seu parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente;
MÁRIO BEZERRA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/92, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Orientação ao Menor- CAOM, com sede e foro na cidade de Cascavel. Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado**. (Publ. no D.A. nº 137, de 06.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Projeto de Lei 267/92

PARECER:

De autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Orientação ao Menor- CAOM, com sede e foro na cidade de Cascavel. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a emancipação pessoal e social de crianças e adolescentes desamparados, através da educação pelo trabalho, etc.

Esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice de caráter legal, regimental ou constitucional que pudesse opor a normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis, emitindo assim seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.10.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO
Presidente
OSWALDO TREVISAN
Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/92, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Adolfo Bley. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. nº 140, de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 175/92

PARECER:

De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, é objeto de nossa análise o Projeto de Lei nº 275/92, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Adolfo Bley.

Sob aspecto jurídico, não encontramos óbice à tramitação da presente proposição, logo está em condições de ser levado à deliberação do Plenário, aos termos do art. 28, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente
LYGIA PUPATTO
Relatora.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, solicito o registro do voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Registrado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em meu nome pessoal, e tenho certeza que de outros tantos Parlamentares que pessoalmente conhecem o Doutor Adolfo Bley nós queremos registrar o nosso voto favorável, já o fizemos no momento da votação, mas registrar o nosso voto favorável a concessão do Título de Cidadão Benemérito ao Doutor Adolfo Bley e tenho certeza que, realmente aqueles que o conhecem o fazem merecedor dessa homenagem é saudar o Deputado Luiz Carlos Martins, por essa brilhante iniciativa em homenagear uma pessoa que realmente tem prestado valiosos serviços ao povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está aprovado o projeto em 1ª Discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Dia do Engenheiro de Segurança no Trabalho do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** Publ. no DA. nº 140, de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI nº 277/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva instituir o Dia do Engenheiro de Segurança no Trabalho do Paraná.

Em relação aos requisitos constantes no Regimento Interno desta Casa de Leis, o presente encontra-se devidamente adequado, contendo, inclusive, a justificativa.

Do ponto de vista legal e constitucional nada há que obste a tramitação do mesmo.

Desta forma, opinamos favoravelmente à aprovação do referido projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(a) ERONDY SILVERIO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/92, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que declara de Utilidade

Curitiba, quinta, em 22.10.92

Pública a Associação Espírita de Amparo à Criança Geraldo Figueiredo, com sede e foro no município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.C. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 140, de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 278/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Espírita de Amparo à Criança Geraldo Figueiredo, com sede e foro no Município de Cascavel.

Do ponto de vista regimental o presente encontra-se adequado às normas contidas no Regimento Interno desta Casa, estando devidamente justificado.

De acordo com a Lei nº 6.994, que dispõe acerca dos requisitos exigidos para a declaração de Utilidade Pública, nada há que obste a aprovação do mesmo.

Desta forma, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator.

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1575 e 1576, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1590, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1577, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1584, 1585, 1586, 1587 e 1588, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1552, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1564, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Lygia Pupatto, constante do expediente de sessão anterior. - Em Discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta

Mesa defere e fará a verificação de votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. (Pausa).
REJEITADO.

Não há quórum para votação, apenas para conclusão da sessão.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, para justificar o voto do PT.

Eu desejo a palavra para justificar o voto do PT, mesmo não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O requerimento está suspensa a votação por falta de quórum, portanto não há necessidade de discussão do requerimento e nem de justificativa de voto. Fica adiado, evidentemente, para a próxima sessão.

Encerrada a discussão.

Requerimento nº 1583, de autoria do Sr. Deputado César Silvestri, constante do

expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1591 e 1592, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **-Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1582, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **-Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 253/92, 267/92, 275/92, 277/92 e 278/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

Levanta-se a sessão.